

MIGRAÇÃO EM BELO HORIZONTE: DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL E EXCLUSÃO

*RALFO MATOS**

Resumo

Considerando que o processo de desconcentração espacial da população vem aumentando em Minas Gerais, esta contribuição adiciona evidências partindo da premissa de que a gênese desse processo iniciou-se nos anos 70. A análise comprova a hipótese de que boa parte do fenômeno de desconcentração associa-se aos mecanismos de exclusão de residentes de Belo Horizonte, provavelmente derivadas da dinâmica dos mercados imobiliário e de trabalho.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Desconcentração espacial da população; Migração urbana.

Migration in Belo Horizonte: Spatial desconcentration and exclusion

Abstract

As the population spatial desconcentration process is growing in Minas Gerais State, this paper focuses new evidences about it considering the 70 years as the beginning of this process. The analysis does the validation of the hypothesis showing that great part of the spatial desconcentration phenomena is related with the Belo Horizonte dwellers exclusion mechanism, probably derived of the property and work market dynamics.

Key-words: Belo Horizonte; Population spatial desconcentration; Urban migration.

* Professor Adjunto do Departamento de Geografia do IGC/UFMG, doutor em Demografia.
Parte do conteúdo deste trabalho integra a tese de doutorado de Matos (1995).

1. INTRODUÇÃO

A transmissão espacial dos efeitos dinâmicos do crescimento é um tema importante na análise regional desde, pelo menos, Hirschman (1958), Myrdal (1958) e (Perroux, 1967). Mais recentemente, várias discussões têm surgido sobre novos processos de redistribuição espacial de atividades e população, como apontam Goldstein (1976), Richardson (1980), Lo e Salih (1981), Katzman (1986) e Redwood (1988).

No Brasil, acumulam-se evidências sobre a ocorrência de uma relativa desconcentração espacial no Sudeste desde os anos 70, como indicam Martine & Diniz (1989), Amarante & Bondioli (1987), Redwood (1984:47) e Townroe e Keen (1984). Entretanto, há controvérsias e posições antagônicas a respeito da generalização de um processo dessa natureza no Brasil, como observam Azzoni (1986), Haddad (1989) e Diniz (1993).

Conquanto sejam corretas várias das objeções levantadas pelos críticos, é importante refletir se o País não estaria, de fato, experimentando uma etapa inédita de desconcentração espacial, na qual a população poderia ser um fator chave, mas não necessariamente acoplada aos nexos de causalidade que orientam a desconcentração econômica, estrito senso. Katzman (1986:221), por exemplo, ao discordar das teses que previam a megametropolização brasileira, entende que o País já teria completado sua transição urbana em 1980 (com 52% de sua população residindo em cidades de mais de 20 mil habitantes), sugerindo então que a *“maior parte do crescimento urbano tende a ocorrer em cidades de tamanho médio e naquelas pequenas cidades localizadas não muito longe de uma metrópole avançada”*.

De forma semelhante, analisando a rede de cidades do Brasil, Redwood (1985) concluiu ter havido desconcentração das principais áreas metropolitanas brasileiras, favorecendo áreas imediatamente próximas e principalmente as cidades médias (os números mostravam que as áreas metropolitanas vinham perdendo posição relativa enquanto o grande crescimento dava-se na faixa das cidades com população entre 100 e 500 mil habitante).

Uma crítica pertinente aos trabalhos dos autores que utilizam-se de indicadores demográficos refere-se à ausência de estudos calcados em fluxos migratórios, o que certamente ampliaria em muito a consistência das evidências empíricas até então apresentadas.

A migração, em termos teóricos, pode ser vista como mobilidade da força de trabalho, estreitamente vinculada à criação, expansão e articulação dos mercados de trabalho no País (IBGE, 1988:291). Certamente, a modificação das tendências migratórias é o resultado de aspectos que atingem os indivíduos e as famílias de

residentes em áreas centrais, tais como aumentos crescentes nos aluguéis e no custo de moradia (preço de terrenos, impostos crescentes, etc.), inflação do custo de vida nas grandes cidades, crescentes custos de deslocamento residência-trabalho, aumento da violência e criminalidade, desemprego, etc.

De fato, significativas mudanças na distribuição espacial da população vêm ocorrendo nos últimos anos, sem se conhecer, contudo, qual é o verdadeiro alcance desse fenômeno, ou se o arcabouço explicativo existente é suficientemente adequado para estes casos. É seguro dizer que as pessoas, tanto quanto as atividades, reagem aos impactos das deseconomias de aglomeração buscando localizações alternativas. Este tipo de migração pode responder claramente aos fatores de expulsão do meio urbano (notadamente aos custos de moradia e à escassez de emprego), mas pode também se associar à outro grupo de causas, não econômicas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e/ou busca de amenidades.¹

O elenco das causas que explicam a reversão de padrões históricos de concentração espacial, conquanto seja ainda objeto de discussões, parecem associar-se, de um lado, à difusão nas grandes cidades de: crescentes deseconomias de escala, incremento dos custos imobiliários para as empresas e população, piora da qualidade de vida, aumento do déficit em infra-estrutura e serviços, em meio ao recrudescimento da violência urbana. De outro lado, fora das grandes cidades, vários centros secundários vieram se equipando, atraindo investimentos públicos e privados, e favorecendo o desenvolvimento do sistema urbano e a expansão da produção em espaços alternativos, instaurando, por assim dizer, novas divisões e especializações funcionais. Além disso, é importante considerar: a maturação de políticas e ações deflagradas pelas diversas esferas de governo em apoio a desconcentração, encorajando a produção descentralizada, especialmente nos segmentos industriais intensivos em solo urbano; e a generalização das mudanças na dinâmica populacional, em face do avanço da transição demográfica, o que deve influir na redução dos níveis de pressão do campo sobre a cidade.

De qualquer forma, as evidências sobre o processo de desconcentração espacial vêm aumentando. Até em Minas Gerais, histórico fornecedor de população para São Paulo, surgem claros sinais de reversão do padrão migratório (Matos, 1994). Na área metropolitana de Belo Horizonte, a década de 70 já registrava a perda de participação relativa do município central no crescimento demográfico. Além disso, Nunes Coelho et. al, (1986) detectavam a existência de trajetórias de migrantes em cidades de porte médio, nas quais o número de pessoas vindas de Belo Horizonte revelou-se significativo. De fato, uma das conclusões das autoras (baseado em pesquisa direta nos municípios de Governador Valadares, Varginha, Uberlândia e Unai) apontava para o aumento da migração de retorno, sobretudo a proveniente de áreas metropolitanas.

¹ Um exemplo digno de nota refere-se aos casos de pessoas que após se aposentarem retornam à suas cidades de origem.

Este trabalho objetiva adicionar outras evidências sobre a desconcentração espacial da população em Minas Gerais, partindo da premissa de que a gênese deste processo ter-se-ia iniciado ainda nos anos 70. Integrando a análise, pretende-se comprovar a hipótese de que boa parte do fenômeno de desconcentração associa-se aos mecanismos de exclusão de residentes de Belo Horizonte, mecanismos provavelmente derivados da dinâmica dos mercados imobiliário e de trabalho.

Para a realização dessa tarefa foi importante definir uma área sobre a influência de Belo Horizonte, que não se restringisse apenas aos 18 municípios formadores de sua região metropolitana. A solução que pareceu mais adequada foi adotar a regionalização produzida pela Fundação João Pinheiro em 1988, cujos critérios fundamentaram-se no conceito de polarização e em teorias clássicas de localização.

A macrorregião de Belo Horizonte, agregando 446 municípios que direta ou indiretamente sofrem a influência da Capital, é a categoria espacial básica, sobre a qual irão se concentrar as análises subsequentes. Para a montagem da rede de fluxos a ser examinada foi realizada uma desagregação da macrorregião em quatro níveis. O primeiro corresponde ao município de Belo Horizonte, frequentemente denominado de Capital ou Core. O segundo compreende o resto da região metropolitana (RRM). Um terceiro nível envolveria os municípios com mais de 20 mil habitantes, exceto os do RRM, aqui denominado de hinterlândia 1 de Belo Horizonte (H1). O último, corresponderia a hinterlândia 2 (H2), que passa a incorporar os demais municípios da macrorregião com menos de 20 mil habitantes.

É importante dizer que a macrorregião em 1980 representava cerca de 70% da população mineira e reunia alguns dos principais pólos secundários do Estado. Um primeira aproximação da problemática aqui estudada pode ser deduzida através da observação dos dados da Tabela 1. Verifica-se claramente que houve: um processo de arrefecimento do crescimento populacional em toda a macrorregião nos anos 80, no qual parece ter reduzido o nível de perdas nos municípios de menor tamanho (taxas evoluem do negativo para o ligeiramente positivo); redução do peso de Belo Horizonte na macrorregião (e também em Minas Gerais e na região metropolitana); aumento constante da participação do resto da região metropolitana dentro da macrorregião nas últimas três décadas, apesar da redução do ritmo de crescimento nos anos 80 (de 7,7% a 5,0%); leve redução do peso da hinterlândia 1, provavelmente em função de perdas populacionais em municípios emissores tradicionais ou nos menores municípios da classe.

1.1 Aspectos Metodológicos

As análises subseqüentes exploram os vários quesitos do Censo Demográfico de 1980, alguns presentes pela primeira vez nesta data, a exemplo do nome do município de procedência do migrante. Estão aqui apresentadas algumas tabelas que sintetizam informações coletadas da fita do IBGE relativa à amostra de 25% dos domicílios pesquisados. As variáveis a seguir trabalhadas são: cargo ou ocupação exercida no último ano, renda individual e grau da última série concluída. Para amenizar os efeitos da estrutura etária sobre as variáveis econômicas as análises irão se reportar aos migrantes adultos (os com 20 ou mais anos de idade).

Tabela 1
Totais populacionais, participação relativa e taxas de crescimento geométrico de subespaços da macrorregião de Belo Horizonte. 1980

SUBESPAÇOS DA MACRORREGIÃO 1980-91	1970		1980		1991 N.Abs.	TAXAS DE CRESC. 1970-80		
	N. Abs.	%	N.Abs.	%		%		
BELO HTE	1.235.030	15.63	1.780.835	19.21	2.017.127	18.49	3.74	1.14
RRM	394.060	4.99	828.708	8.94	1.414.628	12.97	7.72	4.98
HINTERLÂNDIA 1	3.381.445	42.80	3.899.69	42.06	4.512.851	41.36	1.44	1.34
HINTERLÂNDIA 2	2.890.449	36.58	2.762.222	29.79	2.966.499	27.19	-0.45	0.65
TOTAL	7.900.988	100.00	9.271.461	100.00	10.911.105	100.00	1.61	1.49

FONTES: Censo Demográfico de 1970, Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 e Sinópsse Preliminar do Censo Demográfico de 1991.

Além disso, foi necessário construir uma tipologia ocupacional resumida a seis grandes classes ocupacionais, de modo a congregar as centenas de “ocupações ou cargos desempenhados nos últimos 12 meses” pelos adultos que trabalharam. O primeiro conjunto de ocupações, aqui denominado “superior”, reúne os trabalhadores de nível superior, os administradoras, os proprietários e donos de comércio, os técnicos de nível médio e os artistas. Embora parte desse contingente não detenha diploma de curso superior, a sua ampla maioria é composta por trabalhadores qualificados. O segundo grupo de ocupações conforma os qualificados do terciário urbano “q/terciário”, aglutinando os trabalhadores de escritórios, do comércio e serviços, transportes e comunicações, técnicos de montagem e reparo de equipamentos e profissionais de vendas e compras. O terceiro grupo, que reúne as demais ocupações do setor terciário, foi denominado “terciário”, e compreende funções não qualificadas e semi-qualificadas. A Tipologia, ora descrita, não discrimina os trabalhadores do quarto grupo segundo qualificação, reunindo-os genericamente na denominação “secundário”. O quinto tipo, “primário”, reúne trabalhadores da agropecuária, extração animal e vegetal (muito pouco significativos em Belo Horizonte), e o sexto tipo, “outros”, congrega as ocupação não definidas, mal declaradas e de difícil classificação. Ver detalhes desta tipologia em Matos (1995).

2 - CORRENTES E CONTRACORRENTES MIGRATÓRIAS DE BELO HORIZONTE; VOLUME, CARACTERÍSTICAS E DIFERENCIAIS.

Os fluxos de imigração e emigração de Belo Horizonte na macrorregião podem, resumidamente, ser discriminados em seis tipos, três relativos às correntes migratórias para Belo Horizonte e três outros, de sentido inverso, relativos às contracorrentes que reúnem os migrantes que saíram de Belo Horizonte durante os anos 70. Os três primeiros correspondem: aos imigrantes de Belo Horizonte provenientes do resto da Região Metropolitana, RRM-BH; aos procedentes dos municípios com mais de 20 mil habitantes da macrorregião, H1-BH; e aos procedentes dos municípios da macrorregião com menos de 20 mil habitantes, H2-BH. As contracorrentes correspondem então aos fluxos BH-RRM, BH-H1 e BH-H2. Sobre estes seis fluxos, mas sobretudo sobre as contracorrentes migratórias, as análises subseqüentes irão se concentrar.

As correntes migratórias oriundas das hinterlândias 1 e 2 destacam-se por configurarem fluxos muito expressivos, conforme se depreende pelo exame da Tabela 2. No entanto, chega a ser surpreendente constatar que, ainda nos anos 70, a migração nas contracorrentes chegasse a representar 3/4 dos 219.155 indivíduos que procuraram a Capital na década.

Nas correntes destacaram-se os fluxos H1-BH (58,0%) e H2-BH (35,5%), registrando a presença significativa de trabalhadores adultos neste último (note-se que cerca de 93,7% dos imigrantes de Belo Horizonte vieram de suas hinterlândias 1 e 2). Nas contracorrentes o principal destaque foi o fluxo BH-RRM (72,8%), sucedido pelo importante fluxo BH-H1, onde a presença de trabalhadores adultos é, proporcionalmente, mais significativa que no anterior.

A análise dos seis fluxos selecionados segundo níveis de qualificação introduz uma primeiro conjunto de inferências, no tocante à participação diferencial por setores ocupacionais e às significativas diferenças entre os fluxos das correntes e os das contracorrentes, sobretudo nos pares H1-BH x BH-H1 e H2-BH x BH-H2.

Estas diferenças explicam-se, em boa parte, pelo fato dos migrantes das correntes serem, de um modo geral, bem menos qualificados que os migrantes das contracorrentes.² Os imigrantes do fluxo H1-BH pertenciam majoritariamente ao terciário não qualificado e ao secundário, integralizando 62,3% do total, enquanto

² Neste sentido, os candidatos mais fortes à reemigração eram os migrantes de procedência rural, freqüentemente ocupados em atividades braçais do secundário e do baixo terciário, sempre menos qualificados para o trabalho urbano do que os migrantes procedentes de cidades, sobretudo quando pertencentes aos fluxos H1-BH. Além disso, os dados mostraram que os imigrantes de origem rural iniciam-se no trabalho mais cedo que os de origem urbana, dispendendo menos tempo nos estudos.

Tabela 2

Distribuição das populações de migrantes das correntes e contracorrentes migratórias de Belo Horizonte internas a macrorregião de BH. 1980

FLUXOS	TOTAL DE MIGRANTES		MIGRANTES COM 20 OU MAIS ANOS DE IDADE			
	N.Abs.	%	TOTAL		TRABALHADORES	
	N.Abs.	%	N.Abs.	%	N.Abs.	%
CORRENTES MIGRATORIAS						
RRM-BH	18970	6.46	11860	6.50	7539	6.28
H1-BH	170325	58.00	104580	57.30	68175	56.78
H2-BH	104346	35.54	66068	36.20	44346	36.94
TOTAL	293641	100.00	182508	100.00	120060	100.0
CONTRACORRENTES MIGRATORIAS						
BH-RRM	159643	72.84	83910	71.86	47935	70.66
BH-H1	44196	20.17	24907	21.33	15467	22.80
BH-H2	15316	6.99	7948	6.81	4433	6.53
TOTAL	219155	100.00	116765	100.00	67835	100.00

FONTE: Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 (dados trabalhados pelo autor).

os procedentes de H2, ao mostrarem as duas categorias somando 66,6% (Tabela 3), exprimiam uma maior presença relativa de trabalhadores não qualificados, sobretudo pela dominância, neste fluxo, de indivíduos procedentes de áreas rurais.³ Já nos fluxos BH-H1 e BH-H2, onde o procedência rural é desprezível, verifica-se, em primeiro lugar, a participação da categoria mais qualificada, “superior” (34,5% e 26,5%), sucedida pelos trabalhadores do secundário (23,3% e 21,9%). Os não qualificados do terciário reduzem-se fortemente, sobretudo se comparados aos números das correntes. Convém observar, que no par de fluxos H2-BH e BH-H2, boa parte dos diferenciais associam—se ao forte contraste em termos de atividades rurais em Belo Horizonte, muito escassas, e em H2, bastante significativas.⁴

Os dados da Tabela 3 também mostram não só a superioridade do nível de remuneração dos emigrantes das contracorrentes BH-H1 e BH-H2 em relação às correntes, mas indicam que são, principalmente eles, os que auferiam o maior nível de renda média em 1980.⁵ Considerando as quatro mais importantes classes de ocupação, nota-se que nenhum fluxo exibiu níveis mais altos de renda do que os dos migrantes de BH-H1 nas classes “qterciário”, “terciário” e “secundário”.

³ Nos fluxos de imigração H1-BH, H2-BH, RRM-BH possuem em comum a prevalência de trabalhadores não qualificados do terciário. Esta tendência, associa-se à presença dos auxiliares de escritório, serventes, e, sobretudo, à numerosa presença feminina ocupada em empregos domésticos. Uma outra categoria ocupacional que comparece nestes fluxos com peso bastante significativo é a dos trabalhadores do secundário (28,9% em H2-BH). Neste caso, são principalmente os trabalhadores da indústria da construção os mais numerosos, focalizando de um lado os serventes de pedreiros como não qualificados, e de outro, os qualificados, tais como pedreiros, carpinteiros, etc. (Matos, 1995).

⁴ Trata-se de um típico exemplo de migração associada aos atributos espaciais da área de destino (H2), onde predominam atividades rurais (20,4% de homens ocupados em atividades primárias).

⁵ Entre os emigrantes, mormente no fluxo BH-H1, um aspecto notável, de menor expressão entre os imigrantes, refere-se a menor participação feminina no mercado de trabalho (as mulheres estariam acompanhando seus maridos ocupadas na criação de filhos e em tarefas domésticas).

Tabela 3

Distribuição dos migrantes e não-migrantes adultos que trabalharam, segundo correntes e contracorrentes migratórias da macrorregião de Belo Horizonte, por setores ocupacionais e renda média mensal (em salários mínimos de 1980).

FLUXOS	SETORES OCUPACIONAIS						OUTROS	TOTAIS
	SUPERIOR	QTERCIARI	TERCIÁRIO	SECUNDÁRIO	PRIMÁRIO			
RRM-BH	21.1	16.3	29.7	26.6	0.8	5.6	7539	
RENDA MÉDIA	6.1	3.6	1.8	3.0	4.4	3.1	3.4	
BH-RRM	12.6	17.7	25.7	37.2	1.3	5.6	47935	
RENDA MÉDIA	5.5	3.6	1.9	2.7	2.1	3.6	3.0	
H1-BH	17.7	13.9	34.5	27.8	0.6	5.6	68175	
RENDA MÉDIA	5.8	3.5	1.7	2.4	4.1	3.5	3.0	
BH-H1	34.5	14.9	15.4	23.3	5.0	6.9	15467	
RENDA MÉDIA	7.7	4.4	2.3	3.2	2.4	5.3	4.9	
H2-BH	12.9	15.4	37.7	28.9	0.8	4.3	44346	
RENDA MÉDIA	4.2	3.0	1.6	2.3	2.1	2.9	2.4	
BH-H2	26.5	16.9	11.2	21.9	17.0	5.6	4433	
RENDA MÉDIA	6.6	4.2	2.3	2.7	1.6	4.5	3.9	
NMBH	26.7	19.2	26.4	20.3	0.2	7.2	435586	
	6.9	4.2	2.1	2.9	4.0	4.3	4.1	

FONTE: Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 (Dados Trabalhados).

NOTA: NMBH são os não-migrantes de Belo Horizonte.

Os dados indicam que os migrantes do fluxo BH-RRM detinham um padrão sócio-econômico bastante precário, muito similar ao dos fluxos das correntes, embora este fluxo seja um movimento de emigração de Belo Horizonte. O fluxo inverso, RRM-BH, além de ser pouco expressivo, destoa dos demais, provavelmente devido à intensa conurbação metropolitana que vinha ocorrendo nos anos 70, facilitando os movimentos de circularidade entre trabalhadores familiarizados com o mercado de trabalho de Belo Horizonte. Neste fluxo a presença de belo-horizontinos de retorno mostrou-se significativa.

2.1 - Migração e reemigração

Belo Horizonte, durante a década de 70, foi procurada principalmente por migrantes provenientes de suas hinterlândias 1 e 2 (H1 e H2). Eram, em sua maioria, trabalhadores muito jovens, de baixa qualificação, residentes há poucos anos na cidade e, certamente, muito propensos à reemigração, provavelmente em decorrência do seu número elevado, da própria oferta insuficiente de empregos capazes de atender àquela demanda e dos mecanismos de expulsão associados ao mercado imobiliário. Assim sendo, não seria surpresa verificar que um grande número dos imigrantes da década fossem compelidos a reemigrar ou retornar à suas regiões de origem, não tendo chances de permanecerem muitos anos residindo na Capital. Movimentos envolvendo pessoas que reemigram pouco tempo após a chegada a

Belo Horizonte⁶ ocorrem continuamente a todo momento, não sendo contudo captados pelo censo ao fim da década. Todavia, parte do fenômeno pode ser inferido através da variável “tempo de residência no município atual”, como se espelhasse uma tendência de distribuição temporal que ocorreria ao longo do tempo. A propensão à reemigração dos imigrantes de Belo Horizonte será significativamente mais alta se maior for a concentração de residentes em anos próximos à data do censo.

Se nas correntes migratórias ocorre a presença de um grande número de imigrantes de baixa qualificação para o trabalho, pode-se esperar que, ao longo da década, fossem constituídos excedentes de força de trabalho disponíveis à reemigração. Nessa linha de raciocínio, seria lógico admitir que tais excedentes tenderiam a se concentrar em anos próximos do censo, muito mais do que nos casos da força de trabalho qualificada (que já teria se adaptado ao Core, após ter vivenciado os mecanismos de seletividade do mercado de trabalho). A Tabela 4 confirma esta afirmação. A distribuição relativa mostra maior concentração das ocupações menos qualificadas nos fluxos H1-BH e H2-BH entre 1975 e 1980. Esta constatação se

Tabela 4
Distribuição dos imigrantes adultos que trabalharam segundo fluxos da macrorregião, tempo de residência no município atual e setores ocupacionais.

TEMPO DE RESIDÊNCIA	SUPERIOR (%)	QTERCIAR (%)	TERCIÁRIO (%)	SECUND. (%)	PRIMÁRIO (%)	OUTRAS (%)	NÚMEROS ABSOLUTOS	PCQ(1)
RRM-BH								
0 - 4	20.5	16.66	32.30	24.61	0.88	5.06	4112	54.54
5 - 9	21.8	15.76	26.58	28.92	0.64	6.30	3427	45.46
BH-RRM								
0 - 4	12.81	17.81	25.32	37.62	1.30	5.14	35421	73.89
5 - 9	12.01	17.29	26.79	35.85	1.15	6.90	12514	26.11
H1-BH								
0 - 4	14.98	12.99	36.3	29.74	0.70	5.28	36604	53.69
5 - 9	20.78	14.94	32.4	25.49	0.39	6.02	31571	46.31
BH-H1								
0 - 4	33.53	14.69	15.91	24.00	5.50	6.37	10859	70.21
5 - 9	36.54	15.72	14.24	22.09	3.43	7.98	4608	29.79
H2-BH								
0 - 4	11.09	13.87	39.83	30.00	1.09	4.12	23328	52.6
5 - 9	14.89	17.07	35.27	27.73	0.48	4.56	21018	47.4
BH-H2								
0 - 4	26.73	15.77	12.62	21.86	16.96	6.06	3473	78.33
5 - 9	25.92	21.71	11.49	21.71	15.28	3.90	960	21.67

FONTE: Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 (Dados Trabalhados).

NOTA: (1) Proporção de concentração por quinquênio, dada pela divisão dos totais cada fluxo relativo à década.

reforça pelo exame comparativo das proporções do “terciário” (36,3% x 32,4% em H1-BH, e 39,8% x 35,3% em H2-BH) ou do “secundário”, para os dois períodos. Por outro lado, os migrantes das correntes migratórias instalados há mais de cinco anos

⁶ Muitos migrantes, em sua maioria jovens e dispostos a ascensão social através do trabalho, ao conviverem com o desemprego ou subemprego durante meses, procuram alternativas de emprego onde isto for possível, na periferia metropolitana, ou até fora de Minas. A volta ao município de origem poderia representar um sinônimo de fracasso.

eram trabalhadores mais qualificados, o que pode ser visto através dos valores relativos aos dois quinquênios para os setores “superior” (20,78% x 14,98% e 14,89% x 11,09%) e “terciário” (14,94% x 12,99% e 17,07% x 13,87%). Os filtros seletivos do mercado de trabalho, ao que tudo indica, deixavam impressos seus efeitos. Os dados também revelaram que os fluxos que acusavam os maiores níveis de concentração de residentes migrantes no quinquênio 1975-1980, eram os das contracorrentes, mas principalmente os fluxos BH-H2 e BH-RRM. Neste último, 73% dos migrantes correspondiam a moradores com menos de cinco anos de residência (as proporções relativas às correntes migratórias variavam entre 53 e 55%). Ora, a proximidade do resto da região metropolitana (RRM) com Belo Horizonte deve ter favorecido, de alguma forma, a reemigração de vários dos migrantes que haviam tentado a “sorte” na Capital durante um lapso de tempo relativamente pequeno.

No caso dos fluxos BH-H1 e BH-H2, a forte concentração no período 75/80 poderia se explicar pelo expressivo número de migrantes de retorno (que teriam voltado após ter, por pouco tempo, tentado se fixar em BH) e pela presença de um outro contingente que teria saído do Core atraído por oportunidades de emprego que vinham ocorrendo fora da Região Metropolitana, na segunda metade da década de 70.

2.2 - *Excluídos*” e “*Não-excluídos*”

Em termos das contracorrentes migratórias pode-se discriminar dois tipos básicos de imigrantes: de um lado, uma grande massa de trabalhadores menos qualificados que teriam sido “expulsos” de Belo Horizonte. De outro lado, os que foram ao encontro de oportunidades econômicas oferecidas no Interior. Se denominarmos os primeiros de “excluídos” e os segundos de “não-excluídos”, seria razoável supor que estes últimos fossem trabalhadores que detinham níveis de qualificação superiores aos dos não-migrantes⁷, sendo por isto detentores, nos lugares de destino, de ganhos de remuneração superiores à média dos trabalhadores, no mesmo setor, que não emigraram de Belo Horizonte. Salários maiores constituiriam um poderoso estímulo à emigração da Capital rumo ao interior, especialmente para os centros urbanos mais dinâmicos da macrorregião.⁸

⁷ Ressalte-se que os não-migrantes incluem os naturais de Belo Horizonte que nunca migraram e os imigrantes “antigos”, aqueles com mais de 10 anos de residência.

⁸ Os “não-excluídos”, na verdade, poderiam também ser denominados de “semi-excluídos”. Isto devido a existência de situações (dificilmente quantificáveis), em que profissionais de maior qualificação são forçados a emigrar, por razões associadas ao saturamento do mercado de trabalho em determinados setores ocupacionais e/ou à geração insuficiente de empregos, perda de competitividade num mercado cada vez mais competitivo, etc..

No caso dos que foram excluídos do Core, utilizando a mesma linha metodológica, seria plausível considerar que a média de remuneração do trabalho destes emigrantes, bem como o grau de escolaridade, se situassem em níveis inferiores aos dos trabalhadores não-migrantes de BH.

Focalizando inicialmente a variável “nível de instrução” (proxys de qualificação) dos trabalhadores das contracorrentes, constatou-se que os emigrantes do fluxo BH-RRM possuíam nível de escolaridade inferior ao dos não-migrantes de Belo Horizonte em todas as categorias ocupacionais (Matos, 1995:172). Esta evidência confere com a hipótese de que a maioria destes migrantes possui uma origem mais remota nas hinterlândias 1 e 2, devendo ter experimentado um período de residência no Core relativamente curto, até a saírem da cidade.

Os migrantes do fluxo BH-H1, em termos médios, mostravam-se mais escolarizados do que os não-migrantes em todos os setores ocupacionais, com exceção do “primário”. O diferencial mais expressivo ocorre na categoria “superior”, na qual 72,3% dos emigrantes cursaram alguma série do 2o grau ou curso superior, contra 60,3% dos não-migrantes. Estes emigrantes, ao serem sensivelmente mais qualificados, inscrevem-se provavelmente, em sua maioria, na condição de “não-excluídos”.⁹

O uso da variável renda individual, mais do que a variável escolaridade, pode esclarecer melhor as hipóteses em discussão, porquanto trata-se de um indicador diretamente associado às condições de sobrevivência dos trabalhadores. Se seu padrão de tendência coincidir com o padrão assinalado nos últimos parágrafos, amplia-se muito o grau de consistência das inferências supracitadas.

Os dados da Tabela 3 permitem afirmar que o fluxo BH-RRM, de fato, deve ser composto majoritariamente de excluídos do Core, uma vez que suas médias de renda mensal em salários mínimos situam-se muito abaixo das médias dos trabalhadores não-migrantes, em todos os setores ocupacionais, coincidindo com as evidências apontadas acima sobre escolaridade.

O fluxo BH-H1, pelo contrário, deve ser composto de uma maioria de trabalhadores “não-excluídos”, cujas médias de remuneração situaram-se francamente superiores às dos não-migrantes, exceto no setor “primário”, onde deve se alojar a maior parte dos “excluídos” desse fluxo. Novamente o padrão de tendência coincide com aquele referido na análise dos níveis de instrução.

O fluxo BH-H2 apresenta os setores “quaternário”, “terciário” e “outros” como os que detinham valores de renda superior ao dos não-migrantes, mas com diferen-

⁹ Os migrantes do fluxo BH-H2 exibiam níveis de escolaridade superior aos dos não-migrantes nos setores ocupacionais “superior”, “terciário”, “secundário” e “outros”, embora com diferenciais bem menos expressivos que no fluxo anterior. Entre estes migrantes devem comparecer com equilíbrio maior do que no fluxo anterior tanto “excluídos”, quanto “não-excluídos”, sendo o setor “primário” o exemplo mais notável de exclusão.

ciais muito pouco expressivos. Neste fluxo, em termos médios, os migrantes exibiam graus de instrução apenas um pouco mais altos que os dos não-migrantes (28,1% x 26,5%), embora o nível de renda mostre-se ligeiramente inferior (3,9 SM x 4,1 SM). Esta tendência deve-se explicar pela grande presença relativa de trabalhadores não qualificados de baixa renda do setor “primário” (contrastando com os não-migrantes), forçando o rebaixamento da renda média total.

O conjunto de evidências examinadas permite inferir que o fluxo BH-RRM era composto, em sua maioria, por excedentes menos qualificados da força de trabalho ex-residente em Belo Horizonte; o fluxo BH-H1 seria formado por uma maior proporção de “não-excluídos”, enquanto o fluxo BH-H2 incorporaria, mais equilibradamente, os dois tipos.

2.3 - BH-H1 e BH-H2; qualificação e trajetórias.

Neste item serão analisados especificamente os fluxos BH-H1 e BH-H2, devendo se recordar a importância do primeiro deles, em face de suas características econômicas e por reunir um contingente muito expressivo de migrantes, conforme se viu na Tabela 2.

A Tabela 5 proporciona a elucidação das inferências feitas no item anterior. A principal conclusão a ser ressaltada é a de que os migrantes “não-excluídos” concentram-se em municípios bem especiais da macrorregião, enquanto os “excluídos” (maioria dos naturais de retorno¹⁰) dispersam-se por uma quantidade maior de municípios. Os municípios que vinham experimentando processos de expansão industrial expressivos estão, sobretudo, nas listagens à direita da Tabela que focalizam os não naturais dos municípios; enquanto a listagem à esquerda, referente aos naturais de retorno, acusa sobretudo a presença de municípios de grande peso demográfico, fortemente perdedores de população, como Governador Valadares, Caratinga e Teófilo Otoni.¹¹

É importante sublinhar que, ao se comparar cada uma das listagens dos 15 principais municípios receptores, verifica-se que localidades geradoras de muitos empregos não compõem na coluna relativa aos naturais de retorno, a exemplo de Ipatinga, onde se instalara a grande siderúrgica Usiminas, e de Ouro Branco, onde se executava as obras de construção da Açominas.

¹⁰ Os naturais de retorno são migrantes que retornaram ao município de nascimento.

¹¹ Em Matos (1995) viu-se que os principais municípios perdedores de população no período localizavam-se no Norte de Minas, a exemplo de Governador Valadares, Teófilo Otoni, Caratinga, entre outros. Montes Claros, importante pólo situado à noroeste do Estado, distingue-se por deter migrantes de retorno mais qualificados, que estudaram em Belo Horizonte.

É sintomático observar que, no fluxo BH-H2, os principais municípios procurados pelos migrantes não-naturais dos municípios são bem distintos dos municípios que mostram maior presença de naturais de retorno.

No fluxo BH-H1, como é bem menor o número de municípios receptores em H1 (em relação a H2) e comparecem alguns dos mais populosos centros urbanos do Estado, há municípios que se repetem nas duas listagens, não obstante as posições relativas bem diferenciadas. A concentração de não-naturais em poucos municípios é, no entanto, muito mais expressiva que entre os naturais de retorno (69,0% versus 54,8%). Note-se, por exemplo, que Teófilo Otoni, um dos 10 maiores municípios mineiros, participa apenas da listagem dos naturais de retorno, o que confere com a sua condição de perdedor de população, e com o fato de ser uma área onde é baixa a oferta de empregos.

Nesse fluxo merecem destaque, enquanto centros de expansão urbano-industrial de expressão, os 11 municípios seguintes, constantes da coluna dos não-naturais: Ipatinga, Sete Lagoas, Montes Claros, Divinópolis, Coronel Fabriciano, Conselheiro Lafayete, Timóteo, Itabira, Ouro Preto, Itaúna e João Monlevade. Destes, apenas quatro também comparecem na listagem referente aos naturais de retorno.

2.4 - A migração para a Periferia Metropolitana.

O fluxo BH-RRM é composto por um elevado número de indivíduos que fizeram migração repetida, após tentar inicialmente a fixação no Core. Desta forma, a resultante econômica e social desse importante movimento migratório assemelha-se, em grande medida, à dos movimentos de imigração que continuamente se dirigiam a Belo Horizonte.

Do total de residentes no RRM em 1980, 159.643 pessoas haviam morado antes em Belo Horizonte durante a década de 70, das quais 83.910 tinham 20 ou mais anos de idade. 54.907 pessoas adultas constituíam o contingente que auferiu algum tipo de renda, sendo que 47.935 tiveram inserção no mercado de trabalho em algum momento dos últimos 12 meses anteriores à data do censo. Destes, 47.686, a quase totalidade, obteve remuneração. Este último segmento é o principal responsável pela manutenção do restante dos componentes do fluxo, geralmente crianças e mulheres mães de famílias.

O fluxo BH-RRM possui características especiais. Mostrou uma das mais altas proporções de migrantes concentrados no período 75/80 e a mais baixa participação de naturais de retorno. Estes indicadores sugerem a existência, no RRM, de municípios de forte desenvolvimento econômico, cujos mercados de trabalho atraíram migrantes qualificados e, em quantidade bem maior, migrantes de menor qualificação para o trabalho.

Tabela 5

Emigrantes adultos de Belo Horizonte distribuídos nos 15 principais municípios receptores de h1 e h2, segundo condição de naturalidade

NATURAIS DOS MUNICÍPIOS			NÃO NATURAIS DOS MUNICÍPIOS		
MUNICÍPIOS	MIGRANTES	(%)	MUNICÍPIOS	MIGRANTES	(%)
B H - H 1					
MONTES CLAROS	281	5.9	IPATINGA	2603	12.9
GOV. VALADARES	264	5.6	GOV. VALADARES	1614	8.0
SETE LAGOAS	219	4.6	SETE LAGOAS	1398	6.9
CARATINGA	216	4.6	MONTES CLAROS	1307	6.5
CURVELO	189	4.0	DIVINÓPOLIS	1163	5.8
SÃO JOÃO DEL REY	180	3.8	COROMANDEL	808	4.0
PONTE NOVA	178	3.8	CONSELH. LAFAYETE	770	3.8
DIVINÓPOLIS	177	3.7	TIMÓTEO	686	3.4
CONS. LAFAYETE	171	3.6	ITABIRA	599	3.0
FORMIGA	149	3.1	OURO PRETO	592	2.9
PARÁ DE MINAS	137	2.9	ITAÚNA	490	2.4
PATOS DE MINAS	126	2.7	PARA DE MINAS	484	2.4
MANHUAÇU	113	2.4	BARBACENA	480	2.4
TEÓFILO OTONI	111	2.3	JOÃO MONLEVADE	466	2.3
ITAPECERICA	89	1.9	CONGONHAS	454	2.3
SUBTOTAL	2600	54.8	SUBTOTAL	13914	69.0
TOTAL	4746	100.0	TOTAL	20161	100.0
B H - H 2					
RIO CASCA	96	4.3	OURO BRANCO	446	7.8
CONC. MATO DENTRO	59	2.6	MATOZINHOS	365	6.4
ABAETÉ	55	2.5	TRÊS MARIAS	191	3.3
SERRO	52	2.3	VÁRZEA DA PALMA	153	2.7
JABOTICATUBAS	46	2.0	ITANHOMI	140	2.5
PIMENTA	41	1.8	BARÃO DE COCAIS	125	2.2
MATOZINHOS	38	1.7	RIO CASCA	104	1.8
CÓRREGO DANTAS	38	1.7	CAPIM BRANCO	104	1.8
ENTRE RIOS DE MINAS	36	1.6	SANTA BÁRBARA	94	1.6
MARTINHO CAMPOS	35	1.6	FLORESTAL	89	1.6
SÃO TIAGO	34	1.5	POMPÉU	87	1.5
BOM SUCESSO	33	1.5	JABOTICATUBAS	85	1.5
NOVA ERA	32	1.4	BURITIZEIRO	70	1.2
PITANGUI	31	1.4	NOVA SERRANA	67	1.2
STO ANT. DO MONTE	31	1.4	RIO PIRACICABA	65	1.1
SUBTOTAL	657	29.3	SUBTOTAL	2185	38.3
TOTAL	2244	100.0	TOTAL	5704	100.0

FONTE: Censo Demográfico de 1980 (Dados Trabalhados).

Desta forma, passa a ser mais estratégico estudar as características desse fluxo focalizando os principais municípios receptores do RRM. A Tabela 6 mostra quais são estes municípios e destaca os setores ocupacionais nos quais se integraram os trabalhadores migrantes. Verifica-se que os municípios de Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e Betim respondiam juntos, por 83,2% do total do fluxo, com 65,6% concentrados nos dois primeiros.

Mais de 1/3 dos trabalhadores migrantes de BH-RRM concentravam-se no setor “secundário”. Os setores ocupacionais “terciário” e “quaternário” comparecem em seguida, com participações superiores às do setor “superior”. A predominância de trabalhadores de menor qualificação no RRM, parece guardar associação com as

características econômicas dos seis principais municípios da periferia metropolitana.

Observando a distribuição da renda média mensal na Tabela 7, pode-se inferir que Contagem e Betim remuneravam melhor que Sabará, Santa Luzia, Ibirité e Ribeirão das Neves, não obstante o nível de renda relativamente baixo e o fato de muitos migrantes não trabalharem no município de residência. A Tabela 7 mostra que Ribeirão das Neves constitui um dos principais redutos de emigrantes de baixa renda do fluxo, acompanhado de perto pelos municípios de Ibirité e Santa Luzia.

Tabela 6
Distribuição ordenada dos trabalhadores emigrantes de Belo Horizonte pelos municípios do rrm segundo setores ocupacionais.

MUNICÍPIOS	SUPERIOR (%)	QTERCIARI (%)	TERCIAR (%)	SECUNDAR (%)	PRIMAR (%)	OUTROS (%)	NUM. ABS.	DISTR. PERC.
CONTAGEM	15.23	20.39	25.45	32.02	0.53	6.38	22580	47.11
RIB. DAS NEVES	5.04	15.09	26.23	49.63	0.45	3.56	8842	18.45
SANTA LUZIA	8.93	16.38	27.72	41.20	0.37	5.40	4109	8.57
SABARÁ	11.35	18.84	29.70	33.46	0.41	6.23	3885	8.10
BETIM	14.61	12.93	23.27	40.71	1.78	6.71	2862	5.97
IBIRITÉ	7.30	12.48	26.18	45.81	3.63	4.61	2124	4.43
VESPAZIANO	15.84	14.96	29.62	35.48	1.03	3.08	682	1.42
NOVA LIMA	35.23	10.35	22.04	13.52	10.35	8.51	599	1.25
IGARAPE	8.23	11.24	13.45	50.40	10.84	5.82	498	1.04
PEDRO LEOPOLDO	17.19	19.23	19.46	32.35	6.11	5.66	442	0.92
MATEUS LEME	15.95	17.66	23.65	29.91	7.69	5.13	351	0.73
BRUMADINHO	45.48	11.14	10.54	18.37	12.65	1.81	332	0.69
LAGOA SANTA	17.28	19.12	30.88	29.04	3.68	0.00	272	0.57
CAETÉ	36.53	13.17	10.78	22.16	10.78	6.59	167	0.35
RAPOSOS	3.19	4.26	26.60	35.11	18.09	12.77	94	0.20
ESMERALDAS	22.37	7.89	10.53	31.58	23.68	3.95	76	0.16
RIO ACIMA	15.00	25.00	0.00	40.00	20.00	0.00	20	0.04
TOTAL	12.60	17.67	25.70	37.16	1.26	5.60	47935	100.00

FONTE: Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 (Dados Trabalhados).

Dentre as várias explicações que perpassam os movimentos de saídas do Core rumo à periferia metropolitana, deve-se considerar, além dos fatores de atração existentes em municípios dotados de uma boa infra-estrutura urbano-industrial e os mecanismos seletivos do mercado de trabalho belo-horizontino, os condicionamentos impostos pela dinâmica excludente do mercado imobiliário, que faz surgir municípios populosos, mas sem o suporte das atividades econômicas. Resta-lhes então cumprir, basicamente, a função de “cidades dormitório” no interior de um conjunto de municípios conurbados, formadores da região metropolitana.

Os municípios de Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Ibirité, todos conurbados com Belo Horizonte, revelaram-se os principais exemplos da função “dormitório”. A maioria dos migrantes que lá residiam na década de 70 trabalhavam em Belo Horizonte (MATOS, 1994:467-70).

A alta participação dos trabalhadores industriais na composição do emprego do resto da região metropolitana associa-se, sobretudo, aos postos de trabalho oferecidos pela Indústria da Construção Civil. Nos “municípios-dormitórios” esta afirmação torna-se bem mais evidente do que em Betim ou Contagem, por exemplo. Em Ribeirão das Neves 70,2% dos emigrantes que trabalhavam no secundário orbitavam na Indústria da Construção, operando basicamente no grande mercado de trabalho belo-horizontino. Em Contagem, esta proporção mostrou-se muito menor, 31,4%, denotando uma maior dispersão dos operários pelas inúmeras indústrias instaladas na região.

Tabela 7

Renda média mensal dos emigrantes de Belo Horizonte segundo setores ocupacionais e municípios onde residem a data do censo.

MUNICÍPIOS	Renda média em salários mínimos de 1980						TOTAL
	SUPERIOR	Q. TERC.	TERC.	SECUND.	PRIM.	OUTROS	
BRUMADINHO	8.2	4.8	1.4	4.6	4.1	4.0	5.8
NOVA LIMA	9.9	5.0	1.9	2.7	2.0	6.8	5.6
LAGOA SANTA	7.3	6.0	1.9	3.9	2.2	0.0	4.2
RIO ACIMA	7.5	7.5	0.0	2.0	2.0	0.0	4.2
CAETÉ	6.5	3.8	1.7	1.8	0.8	4.5	3.9
CONTAGEM	5.4	3.9	2.1	3.1	2.8	4.0	3.4
VESPAZIANO	6.5	3.8	1.8	2.9	2.0	4.0	3.3
PEDRO LEOPOLDO	6.1	3.8	2.1	2.0	3.3	2.0	3.2
MATEUS LEME	6.8	4.4	1.9	2.0	0.8	2.6	3.1
RAPOSOS	2.0	2.0	2.2	4.3	2.5	2.0	2.9
BETIM	6.1	3.4	1.6	2.5	1.8	2.6	2.9
SABARÁ	5.1	3.5	1.9	2.4	0.9	3.5	2.8
SANTA LUZIA	4.6	3.2	1.6	2.5	1.3	3.1	2.6
IBIRITÉ	4.5	3.1	1.6	2.5	1.8	2.8	2.4
ESMERALDA	4.8	1.5	1.1	1.9	1.2	2.0	2.3
RIB. DAS NEVES	3.7	2.7	1.6	2.2	2.4	2.8	2.2
IGARAPÉ	2.6	2.7	1.2	2.3	0.8	4.0	2.1

NOTA: Amostra de 25% do Censo Demográfico de 1980 (Dados Trabalhados).

2.4.1 - Sobre a participação de belo-horizontinos no fluxo BH-RRM

A análise em curso coloca a discussão sobre qual teria sido a contribuição dos belo-horizontinos (informação não disponível no Censo de 1980) num fluxo tão numeroso e envolvendo municípios tão próximos. A princípio, é razoável deduzir, conforme se observou anteriormente, que emigrantes mais qualificados podem ser, ou belo-horizontinos, ou ter obtido sua formação no Core. Além disso, é bem possível que fossem significativos os movimentos migratórios envolvendo moradores de baixa renda de áreas limítrofes de municípios conurbados com Belo Horizonte. O lançamento de novos loteamentos em municípios da periferia estendida de Belo Horizonte pode contemplar a emigração de pessoas, que saem de áreas situadas a

curta distância da nova moradia, motivada por razões econômicas variadas (preços de lançamento, condições de infra-estrutura, etc).

Contudo, ainda assim, é pouco provável que a contribuição dos belo-horizontinos tenha sido muito expressiva em BH-RRM. Recorde-se que a grande maioria dos emigrantes deste fluxo detinha níveis de renda bem inferiores aos dos não-migrantes. Ademais, existem reações, de cunho cultural, contrárias à transferência para a periferia metropolitana (não perder status social, manter relações de amizade e de vizinhança, etc). Se não houver um forte incentivo econômico-financeiro para se mudar para o RRM, as forças do mercado imobiliário, que tendem a empurrar o habitante de baixa renda para periferias distantes, encontram a ação oppositora de expedientes do tipo: construir um barracão ou cômodo a mais no lote dos ascendentes, residir temporariamente em casas de parentes na própria Capital, etc. Por último, há sempre a alternativa dos naturais de BH permanecerem residindo no Capital e trabalhando em municípios relativamente próximos da cidade, como os do RRM. Embora 95,8% dos não-migrantes adultos trabalhassem no próprio Core (dados não mostrados), os 18.401 que trabalhavam fora do município são significativos em termos de números absolutos. Alguns dos principais municípios onde trabalhava esse contingente estavam no RRM, a exemplo de Betim, Santa Luzia e Vespaziano. Entretanto, havia municípios bem mais distantes da Capital, como Ouro Branco, e mesmo São Paulo. Ora, estas situações podem sugerir que a saída destas pessoas não se dá tão facilmente, como a princípio poderia parecer. A soma dos estímulos nas áreas de destino ou as pressões excludentes do Core têm de ser suficientemente fortes para influir mais incisivamente nas decisões de emigrar. Caso contrário pode não ocorrer a emigração.

Por outro lado, é também razoável considerar que, à medida que o tempo passa e esses trabalhadores “viajantes” ganhem mais estabilidade no emprego, a mudança domiciliar para o município onde se trabalha seja do interesse do indivíduo, por representar economias de custos de transporte e de tempo de deslocamento. Um corolário deste raciocínio é que as pessoas com idades maiores e com posição mais consolidada no ciclo de vida familiar sejam mais propensos à emigração (como já deve ocorrer no fluxo BH-H1).

Por último, é necessário considerar que, se a expansão dos loteamentos na periferia metropolitana durante a década de 70 explica a proliferação dos bairros de populações de baixa renda, houve, simultaneamente, a emergência de padrões de assentamentos oferecidos às classes médias. Foram vários os parcelamentos, de tipo “sítios e chácaras de recreio”, especialmente dirigidos a grupos sociais que procuravam fugir do desconforto da grande cidade e conviver com amenidades típicas de áreas de menor densidade demográfica, mas favorecidos pela acessibilidade ao Core. Vários municípios conurbados com Belo Horizonte aprovaram

loteamentos nesta categoria, que vieram eliminar atividades rurais¹², a exemplo de Nova Lima, Vespaziano, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Contagem, Betim e Brumadinho (Matos, 1984). Certamente a maioria destes moradores já possuía, antes de migrar, um alto padrão de consumo e, provavelmente, envolvia naturais ou migrantes antigos de Belo Horizonte. Estes assentamentos, no entanto, não podem ser captados pelos dados do censo aqui utilizados, já que seus residentes mesclam-se aos demais emigrantes de baixa renda, que constituem a maioria. Todavia, dados apresentados em Matos (1995:184) mostram alguns municípios onde o número de imigrantes foi pouco expressivo, mas com uma distribuição de renda peculiar, o que poderia está sinalizando para a existência desse tipo de expansão imobiliária. Os municípios que se destacaram foram Brumadinho, Nova Lima, Lagoa Santa e Vespaziano, todos exibindo padrões de renda média significativamente mais altos do que nos demais municípios.

3 - A GUIA DE CONCLUSÕES

No processo de redistribuição populacional na macrorregião os emigrantes de Belo Horizonte tiveram um peso bastante significativo. Na verdade, grande parte dos indivíduos que declararam a Capital como lugar de procedência em 1980, possuíam características semelhantes à dos imigrantes da macrorregião, com a diferença de serem um pouco mais velhos que estes últimos, e terem se submetido aos condicionantes do mercado de trabalho e à dinâmica excludente do mercado imobiliário do Core. Tudo indica que antes da década de 70 a absorção destes migrantes era bem maior em Belo Horizonte. A partir daí a cidade passaria a rejeitá-los de forma expressiva, o que refletiria gradativamente no tamanho de sua população final. Se os dados do censo de 1991 causaram surpresa em Belo Horizonte por ter mostrado a cidade com um ritmo de crescimento tão baixo, em relação às décadas anteriores, a gênese desse processo já estava inscrita nos dados da década anterior, sobretudo no tocante à sua capacidade de retenção de migrantes de suas hinterlândias.

Grande parte de seus imigrantes, após alguns anos de tentativa de fixação de residência, eram forçados a reemigrar, provavelmente devido aos seus níveis baixos de qualificação e remuneração do trabalho. Outra parte, entretanto, diferia sensivelmente desse contingente, sendo composta por quadros mais experientes e mais qualificados para o trabalho.

¹² Os dados indicam que 42.400 pessoas do fluxo BH-RRM declararam residir em áreas urbanas, enquanto 2.737 eram residentes em áreas rurais. Destes últimos, apenas 6,4% se dedicavam a atividades primárias, enquanto 41,6% trabalhavam no setor “secundário”, 23,3% no “terciário”, 12,4% no “qterciário” e 12,9% no “superior”. Isto mostra que a oferta de empregos agrícolas na periferia metropolitana deveria ser muito baixa, e que as atividades primordiais da população “rural” eram sobretudo de tipo urbano-industrial.

Entre as conclusões mais gerais, as evidências encontradas neste estudo conferem com pelo menos duas formulações teóricas sobre a questão da desconcentração espacial: a existência de cidades secundárias atraentes do ponto de vista das vantagens aglomerativas; e os níveis de saturamento de usos e atividades, disseminando preços excessivos de bens imobiliários (algo que se já se manifestava em Belo Horizonte nos anos 70).

Pelos dados examinados, é razoável concluir que o processo de desconcentração populacional alcançava áreas bem além da região metropolitana. Afinal se do total da emigração do Core para macrorregião, 72,8% foram atribuídos ao fluxo BH-RRM, os outros 27,2% dizem respeito à emigração para o restante da macrorregião, na qual sobressaía o fluxo BH-H1, que sozinho respondia por 20,2% do volume da emigração de Belo Horizonte na macrorregião.

Os dados permitem inferir que muitos dos emigrantes de BH-H1, após terem obtido experiência profissional e uma posição mais consolidada no ciclo de vida familiar, teriam saído da Capital, como se requisitados pelos mercados de trabalho em expansão de cidades atraentes da macrorregião, mormente quando se focaliza os não-naturais dos municípios de destino, que se distinguiam radicalmente dos naturais destes municípios. Algumas das cidades que se destacaram neste processo de desconcentração espacial foram, por exemplo, Montes Claros, Divinópolis, Ipatinga, Sete Lagoas, Coronel Fabriciano e Congonhas, principais centros urbanos procuradas pelos emigrantes do fluxo BH-H1.

Os naturais de retorno ao município de nascimento, principalmente no fluxo BH-H2 onde foram muito expressivos, constituem os principais representantes de exclusão do Core, particularmente no que se refere aos ocupados no setor primário.

De outra parte, o resto da região metropolitana foi o principal espaço de imigração da macrorregião, o que explica o grande crescimento demográfico dos municípios de Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Santa Luzia, Sabará e Ibité, áreas tipicamente receptoras, onde a migração de retorno ao município foi quase desprezível.

A maioria destes emigrantes é, de fato, originária das hinterlândias H2 e H1, tendo residido relativamente pouco tempo no Core. Os dados sugerem, por outro lado, ser pouco provável a presença de belo-horizontinos em grande número neste fluxo. Se não há um forte incentivo econômico-financeiro que estimule os não-migrantes de baixa renda a se deslocarem rumo a periferia metropolitana, é comum valerem-se expedientes convencionais que impliquem na permanência no Core, geralmente associados com formas de moradia em casa dos predecessores.

BIBLIOGRAFIA

- AMARANTE, Luis A., BONDIOLI, Paulo. A apropriação regional da renda nacional no Brasil; 1975-85. *São Paulo em Perspectiva*, revista da fundação SEADE, São Paulo, v.1, n.3, out/dez, 1987.
- AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*, São Paulo, IPE/USP, 1986.
- DINIZ, C.C. *Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização*. Belo Horizonte, NOVA ECONOMIA (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG). V.31. N.11. Set. p. 35-64. 1993.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1988. V.1, relatório de pesquisa.
- GOLDSTEIN, Sidney. *Facets of redistribution; reseach challenges and opportunities. Demography*, Washington, v.13, n.4, p. 423-434, Nov, 1976.
- GREENWOOD, Michael. *Migrações internas nos Estados Unidos; uma revisão da literatura*. In: MOURA, A. M. (Coord). *Migração interna; textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 733-77. 1980.
- HADDAD, Paulo. *Economia Regional; teorias e métodos de análise*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- HIRSCHMAN, A.O. *The strategy of economic development*. New Haven: Conn. Yale University Press, 1958, 217p.
- KATZMAN, Martin T. *Urbanização no Brasil a partir de 1945*. In: BACHA, E., KLEIN, H. S. *A transição incompleta; Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.177-229.
- KEEN, D. & TOWNROE, P.M. *Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. REGIONAL STUDIES*; Journal of the Regional Studies Association, Cambridge. V. 18, n. 1, Feb, 1984.
- LINN, J.F. *Cities in the developing world; policies for their equitable and efficient growth*, New York: Oxford University, 1983.
- MARTINE, G., DINIZ, C.C. *Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historiacal patterns*. Liege: IUSSP, 1989, mimeo.
- MATOS, R.E.S. *impactos da legislação urbanística sobre a estrutura urbana de Belo Horizonte: um estudo de caso*. Belo Horizonte, 1984, 217 p. Dissertação de mestrado - CEDEPLAR/FACE/UFMG.

- . *Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte*. Belo Horizonte. CEDEPLAR (tese de doutorado), 1995.
- MYRDAL, Gunnar. *Economic theory and under-developed regions*. London, Gerald Duckworth, 1957. 167p.
- NUNES COELHO, Alzira L. et al. *O poder de atração e fixação de migrantes em cidades de porte médio*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5, 1986. Aguas de São Pedro. *Anais ...* São Paulo, ABEP, 1986, v.2, p. 699-723.
- PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa. Herder, 1967.
- REDWOOD, John. *Reversion de polarización, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil*. Revista latinoamericana de estudios urbanos regionales, Santiago: v. 11, n.32, dez. 1984.
- RICHARDSON, Harry W. *Polarization reversal in developing countries. The Regional Science Association Papers*, Los Angeles, v. 45, nov, 1980.
- TOWNROE, P. M. & KEEN, D. *Polarization reversal in the state of São Paulo. Regional Studies*, v. 18, p. 45-54, 1984.